

CONGRESSO

Comissão de Inquérito que investiga os sites de apostas on-line aprova o convite ao influenciador Felipe Neto para que esclareça detalhes de contratos e recebimento de valores. Colegiado também quer ouvir o sertanejo Gustavo Lima, que teve prisão decretada

CPI chama cantor e youtuber

» FABIO GRECCHI
» VANILSON OLIVEIRA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets aprovou, ontem, a convocação do cantor sertanejo Gustavo Lima e o convite ao influenciador digital Felipe Neto para que expliquem a conexão que têm com empresas de apostas esportivas on-line — as bets. O artista foi convocado porque teve a prisão decretada pela juíza Andréa Calado da Cruz, da 12ª Vara Criminal do Recife, por conta de uma viagem que ele fez com o casal de investigados José André da Rocha Neto e Aislla Sabrina Truta Henriques Rocha, sócios da Vai de Bet, à Grécia. Gustavo teria fugido para Miami quando da decretação da prisão.

“A convocação é essencial para esclarecer o nível de envolvimento com esse mercado, incluindo possíveis recebimentos irregulares ou participação em ações consideradas antiéticas ou ilegais. Como uma figura pública influente, sua atuação pode ajudar a compreender o impacto de celebridades na promoção de apostas on-line, especialmente entre consumidores mais vulneráveis”, justificou a relatora da CPI, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS).

Em 15 de setembro, Gustavo foi indiciado por lavagem de dinheiro e organização criminosa. A polícia apreendeu R\$ 150 mil na sede da sua empresa, em Goiânia, a Balada Eventos e Produções. Também descobriu 18 notas fiscais sequenciais, emitidas por outra empresa do cantor, a GSA Empreendimentos, em favor da PIX365 Soluções — a Vai de Bet, de acordo com a polícia.

No caso de Felipe Neto, ele foi

convidado — ou seja, atende ao chamado dos senadores se quiser — para esclarecer sobre as propagandas para a casa de apostas Blaze, no ano passado. “O depoimento poderá trazer luz a alguns pontos cruciais aos trabalhos desta comissão. Por exemplo: como são feitos os contratos de promoção entre influenciadores e as casas de apostas, incluindo valores de propostas e de valores recebidos, modelo de recompensas, duração do contrato e pontos principais que o levaram a não mais promover casas de apostas”, explicou o autor do requerimento, senador Dr. Hiran (PP-RR).

Quem também terá de comparecer à CPI é o empresário Fernando Oliveira Lima, ligado ao grupo Fortune Tiger (o Jogo do Tigrinho), por determinação da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF). Isso porque os advogados de Fernando OIG, como é conhecido, entraram com um pedido de liminar na Corte para que não fosse ao colegiado para prestar depoimento.

A ministra atendeu parcialmente ao pedido da defesa de Fernando e garantiu que ele poderá ser assistido por advogados durante a sessão da CPI. Além disso, ele terá o direito de se manter em silêncio, caso suas respostas possam incriminá-lo. O empresário foi alvo de diversas investigações sobre jogos de azar ilegais.

Instaurada no início do mês, a CPI das Bets tem até 116 dias para investigar os impactos dos jogos de azar on-line no orçamento das famílias, além de examinar possíveis vínculos com organizações criminosas e atividades de lavagem de dinheiro. (Com Agência Brasil)

Reprodução/Redes Sociais



Cantor viajou à Grécia com casal de investigados, sócio de site de apostas

JUDICIÁRIO

PF prende lobista com supostas conexões no STJ

A Polícia Federal (PF) desfechou, ontem, a Operação Sisamnes para investigar um suposto esquema de venda de decisões judiciais no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) envolvendo advogados, lobistas e magistrados. O principal alvo da operação foi o empresário Anderson de Oliveira Gonçalves, preso preventivamente e suspeito de atuar como um lobista no esquema da venda de sentenças.

Anderson teria “influência” no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No mês passado, foi alvo de buscas na Operação Última Ratio — investigação sobre a venda de sentenças no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS). Ele é considerado peça central nas apurações da PF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por ser o elo entre as suspeitas que recaem sobre os tribunais estaduais e atingem o STJ.

Os desembargadores Sebastião Moraes e João Ferreira Filho, que desde agosto estavam fora de suas funções no TJ-MT por determinação do CNJ, foram alvos de outra ordem de afastamento. Os agentes federais cumpriram ainda 23 ordens de busca

e apreensão no Mato Grosso, em Pernambuco e no Distrito Federal. As diligências foram autorizadas pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a PF, as investigações apontam que os desembargadores sob suspeita “pediam valores para beneficiar partes em processos judiciais, por meio de decisões favoráveis aos seus interesses”. A suposta venda de sentenças no TJ-MT era objeto de investigação do CNJ quando a PF encontrou elos entre o esquema e aquele desbaratado na Operação Última Ratio, no TJ-MS.

Os nomes que ligam os esquemas são o do advogado Roberto Zampieri, assassinado a tiros em dezembro de 2023, apontado como “lobista dos tribunais” com “amizade íntima” com desembargadores da Corte estadual; e Anderson. Foi justamente a citação a ministros do STJ que alçou o caso ao STF. O procurador-geral da República Paulo Gonet pediu que a investigação ficasse, por ora, no Supremo, para verificar se há envolvimento de algum ministro do Superior Tribunal com o caso.



EMPREGO, RENDA E CIDADANIA:

a educação como ferramenta de oportunidade

O evento, no formato de CB Fórum, ressaltará a importância da aprendizagem e da profissionalização para os trabalhadores do mercado brasileiro.

04 de dezembro
a partir das 14h30

Acompanhe a transmissão ao vivo no site e redes sociais do Correio Braziliense.



ESCANEIE O QR CODE E SAIBA MAIS SOBRE O EVENTO

EVENTO PRESENCIAL COM CERTIFICADO DE HORAS COMPLEMENTARES

PATROCÍNIO:



REALIZAÇÃO:



PANELISTAS



José Aparecido da Costa Freire

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF)



Luciana Santos

ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação



Vitor Corrêa

diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-DF)



Aguinaldo Nogueira Maciente

especialista em Políticas de Emprego e Mercado de Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT)



Henrique Paim

diretor de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV)



Magno Lavigne

secretário de Qualificação, Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego



Jorge Fernandes

professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB)



Camila Ikuta

assessora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

MEDIADORAS



Ana Maria Campos

editora do caderno Direito&Justiça e titular da coluna Eixo Capital do Correio Braziliense



Adriana Bernardes

repórter, coordenadora de produção e articulista no Correio Braziliense